

GUD Comercializadora de Energia S.A
CNPJ: 54.131.913/0001-76 NIRE: 3530063328-8
Companhia fechada

GUD Comercializadora de Energia S.A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Sumário

Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
GUD Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da GUD Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GUD Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 02 de março de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Sócio
Contador CRC SC-023618/O-6

Balancos patrimoniais
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.297	20.869
Contas a receber	6	4.908	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	453	45
Despesas antecipadas	8	858	-
Outros créditos	9	764	33
Total do ativo circulante		<u>34.280</u>	<u>20.947</u>
Despesas antecipadas	8	2.640	-
IRPJ e CSLL diferidos	20	7.825	2.443
Imobilizado		1	-
Intangível		70	70
Total do ativo não circulante		<u>10.536</u>	<u>2.513</u>
Total do ativo		<u><u>44.816</u></u>	<u><u>23.460</u></u>
Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	10	7.944	213
Salários, provisões e contribuições sociais	11	6.148	-
Impostos e contribuições a recolher	13	493	13
Outras obrigações	14	859	7.438
Total do passivo circulante		<u>15.444</u>	<u>7.664</u>
Outras obrigações	14	2.640	-
Total do passivo não circulante		<u>2.640</u>	<u>7.664</u>
Capital social	15.1	41.984	20.638
Prejuízos acumulados		(15.252)	(4.842)
Total do patrimônio líquido		<u>26.732</u>	<u>15.796</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>44.816</u></u>	<u><u>23.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	12.160	-
Custos dos serviços de energia elétrica	17	<u>(12.761)</u>	<u>-</u>
Resultado bruto		<u>(601)</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais	18	(19.574)	(7.753)
Outras receitas e despesas		<u>951</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(19.224)</u>	<u>(7.753)</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		3.461	469
Despesas financeiras		<u>(28)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>3.433</u>	<u>468</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(15.791)</u>	<u>(7.285)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20	<u>5.381</u>	<u>2.443</u>
Resultado do período		<u><u>(10.410)</u></u>	<u><u>(4.842)</u></u>
Quantidade de ações do capital social no fim do período		<u>41.984</u>	<u>20.638</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$			
Lucro (Prejuízo) básico por ação		<u>(0,25)</u>	<u>(0,23)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do período	(10.410)	(4.842)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(10.410)</u></u>	<u><u>(4.842)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Integralização ao capital social - AGE 15/03/2024	20.638	-	20.638
Resultado do período	-	(4.842)	(4.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.638	(4.842)	15.796
Integralização ao capital social	21.346	-	21.346
Resultado do período	-	(10.410)	(10.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	41.984	(15.252)	26.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(15.791)	(7.285)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão de bônus e Incentivo de longo prazo	4.494	-
Provisão de reembolso de despesas	-	7.419
	(11.297)	134
Variações em:		
Contas a receber de concessionárias	(4.908)	-
Despesas antecipadas	(3.498)	-
Impostos a recuperar	(408)	(45)
Outros créditos	(731)	(33)
Fornecedores	7.731	213
Salários, provisões e contribuições sociais	1.654	13
Outras obrigações	(3.939)	19
Impostos e contribuições sociais a recolher	480	-
Caixa gerado pelas operações	(14.917)	301
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(14.917)	301
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1)	(70)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1)	(70)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	21.346	20.638
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	21.346	20.638
Aumento de caixa e aplicações financeiras no período	6.428	20.869
Caixa e aplicações financeiras no início do período	20.869	-
Caixa e aplicações financeiras no final do período	27.297	20.869
Aumento de caixa e aplicações financeiras no período	6.428	20.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Contexto operacional

A GUD Comercializadora de Energia S.A (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a comercialização, na modalidade atacadista e varejista, de energia elétrica, a promoção de compra e venda, prestação de serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica, podendo celebrar os contratos e praticar todos os atos necessários à consecução do seu objeto social, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2024 conforme ata de assembleia geral.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 02/03/2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no período apresentado nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Contas a receber” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a conta: “Caixa e equivalentes de caixa”.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreende a conta de “Fornecedores”.

3.2 Caixa e equivalentes

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 (base anual em reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.5 Receitas de venda de energia elétrica

As receitas de contrato com cliente são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a GUD espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da companhia.

As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre serviços e vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas:

- (i) identificação do contrato com o cliente;
- (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato;
- (iii) determinação do preço da transação;
- (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e
- (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

3.6 Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações</p>	01/01/2027

GUD Comercializadora de Energia S.A
CNPJ: 54.131.913/0001-76 NIRE: 3530063328-8
Companhia fechada

	<p>financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p> <p>As alterações introduzidas por esta norma não são aplicáveis e não geram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>	
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	<p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.</p>	Ainda não definido
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	<p>Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:</p> <p>Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.</p> <p>Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.</p> <p>Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.</p> <p>As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso</p>	01/01/2026

próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.
A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

Não se espera que as referidas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

i) Impostos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

ii) Provisão de incentivos de Longo prazo (ILP) e programa de participação nos resultados (PPR): O PPR é calculado com base em metas individuais e corporativas de curto prazo, enquanto o ILP reflete metas avaliadas ao longo dos anos, ajustado periodicamente conforme a expectativa de cumprimento dos objetivos e do tempo de serviço dos participantes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Contas Bancárias à Vista	522	1.667
Aplicações Financeiras	<u>26.775</u>	<u>19.203</u>
	<u>27.297</u>	<u>20.869</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações com liquidez diária e remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxa de remuneração varia de 99% a 101%. Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

6 Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	4.817	-
Partes relacionadas	91	-
	<u>4.908</u>	<u>-</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as políticas da Companhia.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1	23
Imposto de Renda Retido na Fonte	360	-
PIS a recuperar	17	8
COFINS a recuperar	75	-
CSLL a recuperar	-	14
	<u>453</u>	<u>45</u>

8 Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões (a)	3.470	-
Seguros	28	-
	<u>3.498</u>	<u>-</u>
Curto prazo	858	-
Longo prazo	2.640	-

(a) Refere-se a despesas contratuais firmadas entre a companhia e sua acionista, Telefônica do Brasil S.A., relacionadas à captação de clientes, que serão apropriadas ao longo do prazo do contrato, conforme detalhado na Nota 12.

9 Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (a)	<u>764</u>	<u>33</u>
	<u><u>764</u></u>	<u><u>33</u></u>

(a) Refere-se a adiantamento a fornecedores relacionados principalmente a benefícios de folha de pagamentos e fornecedores de marketing.

10 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	849	213
Compra de Energia Elétrica (a)	<u>7.095</u>	<u>-</u>
	<u><u>7.944</u></u>	<u><u>213</u></u>

(a) Refere-se à compra de energia elétrica no mercado livre, realizada entre a companhia e sua acionista Auren Energia S.A., conforme detalhado na Nota 12.

11 Salários, provisões e contribuições sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	15	-
Provisão de férias	1.173	-
FGTS a recolher	55	-
IRRF a recolher	233	-
INSS a recolher	178	-
Provisão bônus e incentivo de longo prazo	<u>4.494</u>	<u>-</u>
	<u><u>6.148</u></u>	<u><u>-</u></u>

12 Partes relacionadas

Parte relacionada	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Telefônica Brasil	Comissões (nota 8)	858	-
Telefônica Brasil	Conta a receber (nota 6)	91	-
		<u>949</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante			
Telefônica Brasil	Comissões (nota 8)	2.640	-
		<u>2.640</u>	<u>-</u>
Passivo circulante			
Auren Comercializadora de Energia	Fornecedores (nota 10)	7.095	-
Telefônica Brasil	Comissões (nota 14)	859	-
Auren Comercializadora de Energia	Reembolso (nota 14)	-	7.384
Telefônica Brasil	Reembolso (nota 14)	-	35
		<u>7.954</u>	<u>7.419</u>
Passivo não circulante			
Telefônica Brasil	Comissões (nota 14)	2.640	-
		<u>2.640</u>	<u>-</u>
Resultado			
Auren Comercializadora de Energia	Compra energia (a)	12.038	-
Auren Comercializadora de Energia	Reembolso (b)	492	7.384
Telefônica Brasil	Reembolso (b)	1.670	35
Telefônica Brasil	Comissões (c)	82	-
Telefônica Brasil	Aluguel (d)	251	-
Telefônica Brasil	Telefonia e licenças (d)	186	-
Telefônica Brasil	Venda de energia (a)	124	-
		<u>14.843</u>	<u>7.419</u>

- (a) A companhia realiza operações de compra e venda de energia com partes relacionadas;
- (b) Refere-se a reembolsos de despesas incorridas ao longo de 2024 e 2025, período o qual o quadro de colaboradores, os equipamentos e locação, entre outras despesas eram compartilhadas e pagas pelas acionistas Auren e Telefônica, dada a fase de maturação da estruturação da companhia.
- (c) As comissões referem-se a despesas contratuais relacionadas à captação de clientes, que serão apropriadas ao longo do prazo do contrato. O saldo está registrado em despesas antecipadas, nota explicativa 8.
- (d) Refere-se a despesas de sublocação, telefonia e licenças de softwares.

As transações de compra e venda de energia e demais transações acima, quando realizadas são nas mesmas condições de mercado.

Conforme deliberação da Assembleia Geral, os quatro membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo dois eleitos pela acionista Auren Energia S.A. e dois eleitos pela acionista Telefônica do Brasil S.A., não receberam remuneração nos exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicaram.

A Diretoria Estatutária, composta por três membros, recebeu remuneração bruta mensal de R\$ 161 (em milhares de reais) em 2025 (R\$ 0 em 2024).

13 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	46	1
COFINS a recolher	217	6
ICMS a recolher	205	-
IRRF a recolher	10	6
CSRF a recolher	15	-
	<u>493</u>	<u>13</u>

14 Outras obrigações

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões (a)	3.470	-
Reembolso de gastos (b)	-	7.419
Outras contas a pagar	29	19
	<u>3.499</u>	<u>7.438</u>
Passivo circulante	859	7.438
Passivo não circulante	2.640	-

(a) Refere-se a despesas contratuais firmadas entre a companhia e sua acionista, Telefônica do Brasil S.A., relacionadas à captação de clientes, que serão apropriadas ao longo do prazo do contrato, conforme detalhado na Nota 12.

(b) Refere-se a reembolso de despesas incorridas ao longo de 2024 e 2025 que eram compartilhadas e pagas pelas acionistas Auren e Telefônica, dada a fase de maturação da estruturação da companhia, conforme detalhado na Nota 12.

15 Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 23 de fevereiro de 2024 em ata geral de constituição, foi aprovado a constituição da GUD Comercializadora de Energia Ltda, com capital social inicial de R\$ 100 (reais) mediante caixa.

Em 15 de março de 2024 por meio de aprovação em AGE, a Companhia realizou a retificação da integralização no montante de R\$ 20.638.100 (reais) mediante caixa.

Em 12 de março de 2025 por meio de aprovação em AGE, a Companhia realizou a integralização no montante de R\$ 21.345.390 (reais) mediante caixa.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 41.983.590 (reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Telefônica Brasil S.A.	20.991.795	10.319.100
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	20.991.795	10.319.100
	<hr/>	<hr/>
Total Ações Ordinárias	<u>41.983.590</u>	<u>20.638.200</u>

16 Receita líquida

	31/12/2025
Receita operacional bruta	
Receita de Operações com Energia Elétrica	<u>14.848</u>
Total receita bruta	<u>14.848</u>
Deduções	
Impostos sobre vendas	<u>(2.688)</u>
Total deduções	<u>(2.688)</u>
Total receita líquida	<u>12.160</u>

16.1. Reforma tributária sobre o valor agregado

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor minerário.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição (2025), dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído em 2026.

17 Custos dos serviços de energia elétrica

	31/12/2025
Custo da Energia Vendida	(11.581)
Provisão encargos regulatórios	(475)
Outros custos	(705)
	<u>(12.761)</u>

18 Despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(16.873)	-
Materiais	(58)	-
Serviços de terceiros	(2.419)	(330)
Reembolso de Gastos pré-operacionais (a)	-	(7.423)
Gastos diversos	(224)	-
	<u>(19.574)</u>	<u>(7.753)</u>

(a) Considerando a fase de estruturação da Companhia, diversas despesas foram arcadas pelas acionistas. A principal despesa está relacionada à folha de pagamento, no valor de (R\$ 4.273 em milhares de reais), cujas obrigações foram transferidas para a Companhia a partir de janeiro de 2025. As demais despesas incorridas estão atreladas a sistemas (R\$ 304 em milhares de reais), que permaneceram no ambiente das acionistas ao longo deste período de estruturação, além de serviços de marketing, jurídicos e outros, prestados por terceiros (R\$ 2.701 em milhares de reais), e outras despesas no valor de (R\$ 145 em milhares de reais).

19 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros aplicação financeira	3.456	469
Outras receitas financeiras	5	-
Total receitas financeiras	<u>3.461</u>	<u>469</u>

Despesas financeiras		
Outras Despesas Financeiras	(28)	(1)
Total despesas financeiras	(28)	(1)
	<u>3.433</u>	<u>468</u>

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.791)	(7.285)
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	<u>5.369</u>	<u>2.477</u>
Efeito dos impostos sobre:		
Outras adições e exclusões	<u>13</u>	<u>(34)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>5.382</u>	<u>2.443</u>
Corrente	-	-
Diferido	<u>5.382</u>	<u>2.443</u>
Alíquota efetiva	-34%	-34%

O saldo é composto por prejuízos fiscais considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Prejuízo fiscal	5.753	1.797
CSLL Prejuízo fiscal	<u>2.072</u>	<u>646</u>
	<u>7.825</u>	<u>2.443</u>

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos a medida em que sua realização não seja mais provável.

21 Provisão para litígios

A Companhia não possui provisão para contingências classificadas como prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2025.

22 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue políticas que orientam em relação a transações com clientes e fornecedores. Nos termos dessas políticas, os riscos são mitigados através dos critérios estabelecidos.

22.1 Fatores de risco

22.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são de liquidez imediata e valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia são:

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	27.297
	<u>27.297</u>

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2025 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2025) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2025.

GUD Comercializadora de Energia S.A
CNPJ: 54.131.913/0001-76 NIRE: 3530063328-8
Companhia fechada

	Exposição R\$	31/12/2025				
		Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (NE nº 5)	26.775	Baixa do CDI	14,75%	3.949	2.962	1.975

22.1.2 Risco de crédito

O processo de análise de crédito para operações de venda de energia destinadas a Potenciais Clientes enquadrados no Grupo A, observa critérios objetivos e padronizados, com base na regulamentação aplicável ao acesso ao mercado livre de energia. A elegibilidade para negociação é definida a partir da Probabilidade de Default apurada por meio de consulta ao CNPJ junto ao Serasa Experian. Excepcionalmente, caso o cliente represente relevante ganho estratégico, admite-se análise por exceção, mediante obtenção de informações adicionais de crédito e demonstrações financeiras, com o objetivo de subsidiar decisão fundamentada e mitigar riscos.

A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	27.297
Contas a receber (nota 6)	4.908
	<u>32.205</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

22.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses
Fornecedores (nota 10)	7.944	7.944	-

22.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

23 Instrumentos financeiros por categoria

23.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos e Passivos financeiros mensurados a valor justo	Nota	31/12/2025			31/12/2024		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	26.775	26.775	Nível 1	19.203	19.203	Nível 1
		<u>26.775</u>	<u>26.775</u>		<u>19.203</u>	<u>19.203</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	522	522		1.667	1.667	
Contas a receber	6	4.908	4.908		-	-	
Outros créditos	9	764	764		33	33	
		<u>6.194</u>	<u>6.194</u>		<u>1.700</u>	<u>1.700</u>	
Custo amortizado							
Fornecedores	10	7.944	7.944		213	213	
		<u>7.944</u>	<u>7.944</u>		<u>213</u>	<u>213</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

24 Eventos subsequentes

A Companhia não teve nenhum evento subsequente até a data de autorização dessas demonstrações financeiras.

GUD Comercializadora de Energia S.A
CNPJ: 54.131.913/0001-76 NIRE: 3530063328-8
Companhia fechada

Marcio Luiz Chiarotto Cepeda
Diretor Administrativo e Financeiro

Fabio Sarno Balladi
Diretor Presidente

Leandro Rodrigues
Contador
CRC-SC 036.565/O-8

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 0C063107-1F42-4587-97DA-69E5EC6BC9BC

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: 2025_DF GUD 31.12.2025 - VF.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 26

Assinaturas: 3

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Luiz Guerreiro Neto

Assinatura guiada: Ativado

AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI, 1376

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

CONJ 151 LADO A POS. VOLT

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

SAO PAULO, SP 04571-936

luiz.guerreiro@gudenergia.com.br

Endereço IP: 177.79.246.242

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Luiz Guerreiro Neto

Local: DocuSign

02/03/2026 09:26:41

luiz.guerreiro@gudenergia.com.br

Eventos do signatário

Leandro Rodrigues

leandro.rodrigues@cscenergia.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinatura

DocuSigned by:

 7A373F3AFCFB4FD...

Registro de hora e data

Enviado: 02/03/2026 09:31:18

Visualizado: 02/03/2026 09:37:48

Assinado: 02/03/2026 09:38:16

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SOLUTI Multipla v5

Assunto: CN=LEANDRO RODRIGUES:06535426904

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.63.79.200

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.37

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://ccd.acsoluti.com.br/docs/dpc-ac-soluti-multipla.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/03/2025 09:54:47

ID: 5c741940-df6e-4adc-bb98-81daa45de3dc

Marcio Luiz Chiarotto Cepeda

marcio.cepeda@gudenergia.com.br

CFO - Diretor Administrativo e Financeiro

GUD Energia

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinado por:

 B0009CF1A60245B...

Enviado: 02/03/2026 09:38:19

Visualizado: 02/03/2026 09:39:59

Assinado: 02/03/2026 09:47:02

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC VALID RFB v5

Assunto: CN=MARCIO LUIZ CHIAROTTO CEPEDA:29614975822

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.79.246.246

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.36

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/a-c-validrfb/dpc-ac-validrfbv5.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Fabio Sarno Balladi fabio.balladi@gudenergia.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	 <p>Assinado por: 82929E1A4D7345C...</p>	Enviado: 02/03/2026 09:47:04 Reenviado: 02/03/2026 11:22:53 Reenviado: 02/03/2026 11:55:35 Visualizado: 02/03/2026 12:29:40 Assinado: 02/03/2026 12:30:09
Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC VALID RFB v5 Assunto: CN=FABIO SARNO BALLADI:27392420852	Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.228.134 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.37 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/a-c-validrfb/dpc-ac-validrfbV5.pdf	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Aceito: 02/03/2026 12:29:40
 ID: 18b02c60-4147-4a68-922e-e9497644a006

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	02/03/2026 09:31:18
Entrega certificada	Segurança verificada	02/03/2026 12:29:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	02/03/2026 12:30:09
Concluído	Segurança verificada	02/03/2026 12:30:10
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: bruno.martins@gudenergia.com.br

To advise GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at bruno.martins@gudenergia.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to bruno.martins@gudenergia.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to bruno.martins@gudenergia.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. during the course of your relationship with GUD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A..